

Sobre a *intentio operis* de Umberto Eco

About the *intentio operis* in Umberto Eco

Por **Haroldo Reimer**

Doutor em Teologia

Professor Titular (PUC-Goiás e UEG)

Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq

Coordenador Geral do Procad NF 203/2010:

Fundamentos teóricos da interpretação e recepção de textos sagrados,
ao qual o presente texto está vinculado

Resumo:

O artigo busca apresentar a proposta da *intentio operis* em Umberto Eco como contraposição à *intentio auctoris* e à *intentio lectoris*. Visa também apresentar alguns críticos em relação a esta proposta a partir da noção de que intencionalidade só pode ser entendida como projeção de sentido a partir de um autor ou de um leitor.

Palavras-chave:

Hermenêutica. Interpretação. *Intentio operis*. Eco. Autor. Leitor.

Abstract:

The article tries to present Umberto Eco's proposal of *intentio operis* in opposition to *intentio auctoris* and *intentio lectoris*. It also intends to present some critical appraisal of that proposal taking as starting point the notion that intentionality can only be understood as a projection of meaning from an author or a reader.

Keywords:

Hermeneutics. Interpretation. *Intentio operis*. Eco. Author. Lector.

Hermenêutica pode ser definida como a arte ou a ciência dos processos interpretativos. Como prática e arte, a hermenêutica certamente não é uma invenção de teóricos em tempos modernos, mas é articulada desde que existem formas de comunicação simbólica entre os seres humanos. Hoje há vozes dizendo que o tempo contemporâneo é por excelência uma 'era hermenêutica'.

Hermes, Schleiermacher e Heidegger

A construção mitológica dos gregos dedicou um personagem ao tema. Hermes, considerado o patrono da hermenêutica, conjuga em sua figura as diferentes possibilidades do processo interpretativo. Cabia-lhe especialmente a tarefa de auscultar a vontade e ouvir a mensagem dos deuses no Olimpo e de comunicá-las aos humanos. Essa comunicação era seu ofício próprio. Era um ofício de

comunicação e simultaneamente de tradução e, assim, de interpretação. Afinal, os deuses falavam a mesma língua dos mortais? Ou: as palavras lá no Olimpo têm o mesmo sentido que as palavras embaixo? Ou: será que palavras em si têm sentidos unívocos ou estão sempre envoltas em mantos de polissemia?

Durante os séculos da predominância cristã absoluta no Ocidente, hermenêutica ficou relegada a algo como termo sinônimo de interpretação bíblica ou confecção de comentários bíblicos. Tratava-se fundamentalmente da mesma tarefa de Hermes: traduzir a vontade Deus para as pessoas em contextos diferenciados.

Como ciência, a hermenêutica se estabelece no mundo acadêmico no final do século XIX, tendo em Friedrich Schleiermacher (1776-1834) um importante propulsor e em Wilhem Ditley (1833-

1911) um continuador.¹ A proposta de Schleiermacher era propor as bases teóricas do que poderia vir a ser a hermenêutica enquanto empreendimento científico. Com sua ênfase na história e no psicologismo do autor, resultou deste empreendimento da ‘hermenêutica romântica’ a ideia de que importa descobrir no processo interpretativo a intenção que o autor projetou na obra. Isso passou a ser discutido sob o nome de *intentio auctoris*. A influência schleiermachiana foi grande, influenciando o próprio método histórico-crítico,² cuja ênfase, além de desvendar a dimensão histórica do texto, consiste em discernir o ‘escopo’ ou o ‘sentido’ central do texto.

A proposta de hermenêutica em Schleiermacher ganhou ares científicos nas décadas posteriores com a ênfase no historicismo, certamente por conta da influência histórica da chamada ‘escola de Berlim’ de Leopold von Ranke, para quem era importante redescobrir a história como “de fato aconteceu”. A teoria hermenêutica sob a influência do racionalismo iluminista e do positivismo histórico colocou ênfase especial no caráter *objetivo* da compreensão e da interpretação. Predominava o espírito objetivo, no sentido de que compreensão é a apropriação de um sentido visado por outro, o autor.

No período entre as duas guerras mundiais, um professor de Filosofia da Universidade de Freiburg, discípulo do fenomenólogo Edmund Husserl (1859-1938) publicou uma obra que se tornaria um referencial para as discussões posteriores sobre interpretação e hermenêutica. Martin Heidegger (1889-1976), em sua obra *Ser e tempo*,³ de 1927, colocou as bases para o que viria a se chamar de ‘historicidade do sujeito interpretante’. Especialmente importante foi a sua ênfase em dizer que interpretação não é um processo em que o intérprete se mantém neutro, com vistas à objetividade do resultado. O intérprete deve entrar na ciranda da interpretação justamente a partir de suas dimensões existenciais ou do que

ele chamou de *Dasein*, isto é, a compreensão do sujeito interpretante em seu mundo existencial e histórico. Por isso, para Heidegger, compreensão é a operação fundamental de todo processo interpretativo. A interpretação é sempre a articulação a partir da compreensão do sujeito (intérprete) em face do objeto da interpretação. Na linha da fenomenologia de Husserl, também para Heidegger o objeto é posto pela consciência, a qual atribui o sentido ao objeto.

Embora a trajetória acadêmica de Heidegger tenha sido bastante conturbada por conta de opções pessoais, sua influência é marcante nas discussões posteriores. Havendo colocado as bases teóricas para a historicidade do intérprete, acabou por abrir as portas para aquilo que viria a ser chamado da ‘intenção do leitor’, ou *intentio lectoris*. Se cada leitor lê com seus próprios olhos e projeta o sentido a partir de como a consciência coloca objeto, então a pluralidade de leituras de um mesmo texto está teoricamente legitimada. Outros autores ajudaram a construir o edifício do que viria a ser chamado como a ‘estética da recepção’,⁴ isto é, o conjunto das reflexões sobre as interações que se dão entre texto e leitor.

Várias escolas se formaram na trajetória da intenção do leitor, exercitando e teorizando as variações a partir da ótica do leitor. O desconstrucionismo ligado ao francês Jacques Derrida (1930-2004) e o pragmatismo ligado ao americano Richard Rorty são dois exemplos. Ambas as escolas insistem em dizer que o que interessa na interpretação é o uso e a funcionalidade do texto no contexto presente, não sendo importante o acesso ao chamado ‘sentido original’ de um texto. É neste contexto que se inserem as reflexões e as considerações sobre a *intentio operis* em Umberto Eco.

Umberto Eco e a *intentio operis*

No conjunto dessas discussões sobre hermenêutica e interpretação na atualidade,

¹ SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Petrópolis: Vozes, 2006.

² VOLKMANN, Martin et al. *Método histórico-crítico*. São Paulo: CEDI, 1992.

³ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Parte I. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

⁴ Ver por exemplo COSTA LIMA, C. (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Os alemães Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser são autores sempre citados neste contexto, tendo textos inseridos nesta coletânea.

Umberto Eco é um autor no mínimo interessante. Ele tem alguns textos fundamentais sobre a temática: a) a coletânea *Interpretação e superinterpretação*⁵ e b) *Os limites da interpretação*⁶ figuram entre eles, mas também seu texto sobre tradução pode ser aí inserido.⁷

Eco é um dos semiólogos mais destacados na atualidade, tendo alcançado a sua fama internacional com a ficção *O nome da rosa*. Já na década de 1960, porém, destacou-se com seu livro *Obra aberta*, uma coleção de ensaios em que analisava a ambiguidade da mensagem estética e sua abertura para a perspectiva do leitor, que complementaria seu sentido.⁸ O conceito de ‘obra’ é empregado por Eco em toda sua amplitude, referindo-se à comunicação verbal, à intelecção de textos escritos, bem como de obras visuais como quadros e esculturas. Eco insere-se, inicialmente, na década de 1960, na corrente interpretativa estruturalista, substitutiva do existencialismo. No estruturalismo, trabalha-se com as afirmações fundamentais de que todo texto carrega ou contém elementos estruturantes em si mesmo, isto é, as partes devem ser conjugadas em relação umas às outras para lograr obter seu sentido.

A partir do final de década de 1970, contudo, Eco se preocupa cada vez mais com a ‘estética da recepção’, fazendo suas críticas ao estruturalismo, por exemplo, no seu texto *A estrutura ausente*, de 1968. Ele passa a observar mais a dimensão polissêmica do texto, atentando especialmente para a interação do leitor no processo de interpretação [de um texto]. Isso resulta, em Eco, no postulado da semiótica ilimitada, isto é, o texto, enquanto texto aberto, está aberto a muitas ou infinitas leituras. Essa pluralidade possível de leituras tem a ver com a *intentio lectoris*, isto é, com o direito dos leitores de atribuírem sentido à obra ou texto lidos. Para Eco, o papel ativo do leitor já vem estruturado com a própria obra, na medida em que nela há sempre espaços em brancos que devem ser

preenchidos pelo leitor. “O texto quer deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, embora seja interpretado com uma margem suficiente de univocidade”.⁹ “O texto é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo”.¹⁰ Neste processo, ocorrem atualizações contextuais do texto.¹¹

Eco, porém, parece elaborar o seu discurso e escrever os seus textos tendo em vista alguns adversários do seu pensamento. Um destes adversários é o chamado ‘desconstrucionismo’, que afirma que não há qualquer tipo de “natureza” ou “sentido fixo” dentro de uma obra ou texto. Tudo seria uma questão de relações fluidas intermináveis e com isso também um infinito processo de atribuição de sentidos. Jacques Derrida figura como expoente deste tipo de pensamento. Outro adversário teórico de Eco é o movimento do chamado “pragmatismo”, que afirma que não é possível interpretação de fato; tudo se resumiria a uma questão de usos possíveis de um texto ou de uma obra. Esse movimento é forte nos EUA, tendo em Richard Rorty¹² e R. Fish expoentes destacados. Tanto para um quanto para o outro grupo, o que se pode chamar de interpretação seria fundamentalmente um movimento a partir da perspectiva do leitor, o qual, para dar sentido às suas próprias vivências ou discursos, utiliza-se de textos diversos, os quais, porém, não têm “natureza” nem “sentido” próprios. Eco considera que estes dois movimentos típicos da chamada pós-modernidade não constituem uma aparição nova na história, mas de alguma forma são continuadores de postulados da hermenêutica gnóstica dos primeiros séculos da era cristã.

Além dessas frentes contrárias ao seu pensamento, Eco também rejeita os conceitos idealistas e românticos alemães de que se possa reconstruir a *intentio auctoris*, isto é a intencionalidade do autor ou autora ao escrever um texto ou obra. Assim, ele chega, nos seus textos, a

⁵ ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Esp. p. 27-104.

⁶ ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

⁷ ECO, Umberto. *Quase a mesma coisa: experiência de tradução*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2007.

⁸ ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

⁹ ECO, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 37.

¹⁰ ECO, 1988, p. 39.

¹¹ Sobre a questão ver também FERNANDES, J. O leitor ideal. *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 251-260, 1999.

¹² Ver o texto “A trajetória do pragmatista”, em ECO, 1993, p. 105-128.

uma afirmação contundente que reaparece ao longo de toda a sua obra: “[...] entre a intenção do autor (muito difícil de descobrir e freqüentemente irrelevante para a interpretação do texto) e a intenção do intérprete que [...] simplesmente ‘desbasta o texto até chegar a uma forma que sirva a seu propósito’ [...] existe a *intenção do texto*”.¹³

Afirmar a *intentio operis*, isto é, a intenção da obra, é o propósito fundamental de Eco. Com isso, provavelmente, ele (ainda) mantém certa fidelidade à tradição estruturalista que entende ver dentro de uma obra uma estrutura que pode ser deduzida em termos de leituras. Eco também afirma que se deve “respeitar o texto, não o autor assim-assim”.¹⁴ Como autor de textos famosos, o próprio Eco reconhece: “o texto está aí [...] fora do meu controle”.¹⁵ Com isso, ele tenta deixar claro sua intencionalidade: *o texto é uma obra independente de seu autor*. Como obra aberta, isto é, polissêmica, o texto é suscetível a uma pluralidade de leituras. Mas Eco quer resguardar a ideia, muito cara a ele, de que o texto tem a sua verdade, ou melhor, suas verdades. Para ele, a possibilidade de várias leituras [de um mesmo texto] não é idêntica à afirmação de que qualquer leitura seja a mais adequada ao texto. Para isso, Eco procura dar alguns exemplos. Ele mesmo afirma: “o que quero dizer aqui é que existem critérios para limitar a interpretação”, mesmo reconhecendo que há “textos poéticos cujo objetivo é mostrar que a interpretação pode ser infinita”.¹⁶

No bojo dessas suas discussões, Eco elabora a diferenciação entre ‘interpretação’ e ‘superinterpretação’. A primeira consistiria na genuína tarefa de leitura e releitura de um texto, em cujo processo Eco postula uma interação dialética entre autor modelo, texto e leitor modelo. A centralidade cabe sempre ao texto enquanto obra. Mas a verdade ou as verdades deste texto devem ser vistas em uma interação indireta entre o autor modelo e o leitor modelo. A obra é sempre a mediação dessa relação. Um autor empírico é claramente afirmado por Eco como sendo irrelevante para a interpretação de um texto,

embora ele reconheça que pode haver certas intencionalidades de um autor ao escrever o seu texto. Segundo Eco, a ‘superinterpretação’, embora sendo mais interessante porque extrema, seria uma leitura inadequada de uma obra ou texto. Poderia haver ‘superinterpretações’ quando, por exemplo, simplesmente se verifica ‘uso’ de um determinado texto para fins do leitor ou quando a leitura ou interpretação feita estaria fora das marcas do “tabuleiro” da obra.

Para indicar o que seriam “más interpretações”, ou ‘superinterpretações’, Eco se baseia na filosofia da ciência de Karl Popper, o qual trabalha com a falibilidade de resultados científicos.¹⁷ O autor, porém, não dá maiores detalhes sobre os critérios para se fazer uma boa interpretação. Mesmo assim, vale para ele que “há graus de aceitabilidade de interpretações”.¹⁸ Tal afirmação, contudo, clama pela figura do árbitro para julgar as interpretações aceitáveis.

Para Eco, ao lidar com a interpretação de textos estamos lidando com “interpretações anteriores de mundo”. Nesse processo, embora Eco considere irrelevante o autor empírico do texto para a interpretação do mesmo, na sua ênfase na *intentio operis*, percebe-se uma relação dialética entre o que ele chama de autor-modelo com o texto e do texto com um leitor-modelo. De certa forma, a intencionalidade da obra é fruto de uma indireta, mas suposta interação entre autor-modelo e leitor-modelo. Em alguns lugares, Eco chega a falar de um “autor liminar”, talvez com isso procurando ainda salvaguardar um resto do autor empírico dentro do texto.

De uma forma geral, a posição de Eco pode ser entendida na fala de sua terceira conferência Tanner, quando diz: “entre a história misteriosa de uma produção textual e o curso incontrolável de suas interpretações futuras, o texto enquanto tal representa uma presença confortável, o ponto ao qual nos agarramos”.¹⁹

Reconhecer a intenção de um texto é perceber as estratégias semióticas nele contidas e através dela operar a interpretação da obra ou texto. Aqui se

¹³ ECO, 1993, p. 29.

¹⁴ ECO, 1993, p. 77.

¹⁵ ECO, 1993, p. 98.

¹⁶ ECO, 1993, p. 46-47.

¹⁷ POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Brasília: UnB, 1982.

¹⁸ ECO, 1993, p. 176.

¹⁹ ECO, 1993, p. 104.

deve ressaltar que uma vez lançado ao público, um texto não obedece mais ao seu autor empírico, mas qualquer leitor pode – supostamente dentro da coerência da obra ou mesmo para além dela – formular suas interpretações, contando ou não com a aprovação do seu autor. Mas a interpretação da parte sempre deveria considerar o sentido ou a intenção do todo. Neste sentido, a coerência interna do texto de certa forma deveria dominar os impulsos pragmáticos do leitor, que, do contrário, seriam incontrolláveis. ‘Interpretação’, segundo Eco, ocorre sempre que se respeita a coerência de um texto, quando se tem em vista o mundo possível de um texto e o léxico de uma época. O ‘uso’ de um texto se dá quando o texto é tomado de uma forma mais livre, ampliando o universo do discurso. Uso e interpretação são formas válidas de acesso a um texto, mas é preciso distinguir entre ambas. Se o uso de um texto é ilimitado, a sua interpretação não é. A interpretação se constitui em um processo aberto e cooperativo entre autor, texto e leitor.

Essas discussões sobre a *intentio operis* podem exemplificadas na seguinte estória.

Daqui a alguns séculos, uma arqueóloga encontra uma lista telefônica. Ela não sabe de que tipo de texto se trata. A tarefa seria interpretar este texto. Logo se descobriria que se trata de uma ordenação de nomes de pessoas e nomes de ruas, acrescido de combinação de números. Logo também se descobriria que uma combinação de nomes se relaciona com uma combinação numérica. Este livro logo se tornaria uma fonte importante, por meio da qual se poderia descobrir uma série de informações sobre a história e a cultura, que deram origem ao texto. Poder-se-ia fazer estudos sobre nomes de família e nomes pessoais, por meio do que se poderia aferir ou deduzir, por exemplo, o caráter multicultural daquela sociedade. Por meio de estudos mais detalhados, também se poderia descobrir algo sobre o tamanho das casas e sobre a extensão das ruas e como estas eram denominadas. Observações mais sutis também seriam possíveis, por exemplo, mediante a observação de que muitas linhas do livro têm lançamentos (= inscrição de letras) mais detalhados enquanto outros são mais breves. Havendo outras listas telefônicas à disposição,

poder-se-ia descobrir o dado de que, tendencialmente, mulheres foram registradas sem o primeiro nome por extenso e assim se poderia chegar à conclusão de que se costumava fazer isso para resguardá-las de eventuais assédios. De repente, este livro poderia vir a ser uma fonte para descobrir determinados tipos de comportamento e desvios da história da sexualidade daquela cultura.

Por mais útil que seja lançar estas e outras perguntas, isto pouco ajudaria para uma significativa contribuição para a *interpretação* deste texto. Alguém poderia levantar a tese de que tais livros teriam sido escritos para nos dar informações sobre a regularidade de determinados nomes pessoais ou para mostrar quantas combinações seriam possíveis com seis, sete ou oito números. Diante disso se poderia objetar que esta suposta ‘intenção’ não explicaria satisfatoriamente a combinação de nomes e números. A quantidade e a ordenação das informações contidas neste livro seriam otimizadas somente com o pressuposto de que se trataria de um *guia telefônico*. A explicação de que se trataria de um guia telefônico seria, *neste* sentido, ‘mais correta’ do que aquela de que se trataria de uma fonte para estudos sociais e demográficos. Isso não torna irrelevantes, erradas e não-científicas outras formas de leitura do texto, mas resguardaria a sua ‘intenção’ fundamental enquanto texto. Neste sentido, haveria que se trabalhar com uma complementaridade de perspectivas. Para fixação da linha de raciocínio de Eco convém registrar uma de suas frases lapidares: “entre a intenção inacessível do autor e a intenção discutível do leitor está a intenção transparente do texto, que invalida uma interpretação insustentável”.²⁰

Considerações finais

Ao modo de uma conclusão, acrescentamos a estas interessantes reflexões de Umberto Eco algumas reflexões finais.

Pode-se considerar como flecha que acerta o centro do alvo dizer que “atribuição de ‘sentido’ é função **apenas** da consciência humana, da mente humana. Não há ‘sentido’ nas coisas, em nenhuma

²⁰ ECO, 1993, p. 93.

delas?”. Assim se expressa Osvaldo Luiz Ribeiro em texto de internet, evidenciando com isso claramente uma perspectiva fenomenológica.²¹ Isso deveria ser tomado como ponto de partida nas discussões sobre hermenêutica. Somos nós, humanos, em razão da nossa capacidade de simbolização, que atribuímos sentido às coisas, as quais, por si mesmas, não têm sentido. Isso, contudo, não significa dizer que os objetos, coisas ou seres do mundo fenomênico não têm sua dinâmica própria na realidade do mundo que existe independentemente da percepção ou simbolização humanas. Isso vale em particular para os seres animados.

Eco não quer voltar à hermenêutica romântica da *intentio auctoris*. E o faz por uma boa razão. Ela tem duas faces: uma é heurística e a outra é dogmática. É retornando ao texto, sua historicidade, sua construção linguística, literária, à provável intencionalidade do autor, etc. que se pode descobrir, ou melhor, reconstruir o sentido do texto, aqui entendido em sentido lato. Aí há chance de se produzir conhecimento. Mas o modo científico pode levar a afirmações dogmáticas ou tornadas dogmáticas. Acho que Eco pensa mais nesta última possibilidade. Dizer que não se pode reconstruir a intenção do autor equivaleria a dizer que um texto não é expressão de intencionalidade, mas é fruto de absoluta arbitrariedade ou casualidade linguística, o que obviamente fere a lógica intrínseca de todo discurso, cujo elemento fundamental é a frase, isto é, a expressão de um sentido comunicativo.

Eco, contudo, trabalha com um dado inegável. O processo da escrita, que abriga o texto à destruição pelo tempo, opera uma dimensão mais profunda. Perdendo-se o elemento performático da comunicação discursiva primeira ou oral do texto, o texto, uma vez fixado por escrito, abre-se a muitas possibilidades de leitura. Na verdade, abre-se ao infinito das possibilidades. Esse campo foi aberto com a ênfase na subjetividade do intérprete, tão típica da *intentio lectoris*. Cada um lê com os olhos que tem, a partir de onde os pés pisam o chão, no

cotidiano, na história. Mas Eco não quer concordar com a desbastagem completa do texto ao modo dos pragmatistas não fundacionais. Ele se nega a dar ao leitor o poder de só ‘usar’ o texto, de deduzir do texto o que bem quiser, ainda que reconheça que o autor morra no momento da fixação do texto, especialmente por escrito. Neste sentido, Eco desempenha um papel dúbio. Por um lado, insiste que o autor morre com a escrita do texto, por outro, nega-se a morrer, justamente por ser autor consagrado de obras que ele mesmo vê sendo ‘usadas’ e ‘interpretadas’ das formas mais variadas, algumas delas provavelmente em sentido muito diverso do que proposto por ele.²²

Por isso, Eco insiste na hipótese da *intentio operis*. Considero que isso não constitui uma saída verdadeira, real. É uma fuga. Pois a obra não tem vida própria. Como expressão literária ou artística, saída da mente simbolizadora do *homo hermeneuticus*, ela pode atuar sobre a consciência do leitor ou admirador, reconfigurando a mente do leitor. Mas é este que, até por razões involuntárias, atribui sentido ao texto lido. O sentido que se afigura na consciência do leitor, melhor: dos leitores, é operação própria destes e não a contemplação de um sentido fixo na ou da obra, embora a obra possa servir de controle para a interpretação. Não se trata de negar a existência de um sentido lá colocado pelo autor, pois na medida em que se trata de ‘obra’ há sempre o estilo e a intenção; trata-se da dificuldade de descobrir, de atinar ou de reconstruir este sentido em termos bem determinados. Em todo processo interpretativo, o leitor entra com a sua consciência de si, projetando no processo e no resultado da interpretação algo de *ethos* do seu grupo e tempo.

Isso, agora, mete-nos nas aporias a serem consideradas na *intentio auctoris*. Pessoalmente, comungo dela como prática exegética, embora sabedor de suas limitações. Vejo-a como uma *forma controlada* de acessar o sentido de um texto; melhor é sempre falar no plural: os sentidos, de um texto. Porque tanto no que tange ao autor quanto à sua obra, salvo se ainda vivos, como no caso de Umberto Eco, com aqueles não se pode mais estabelecer interlocução direta. Eles não são mais

²¹ Disponível em: <<http://peroratio.blogspot.com>>. Ver também SIMHA, André. *A consciência: do corpo ao sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2004.

²² Sobre isso, ver as discussões em ECO, 2007.

capazes de responder às indagações do leitor. É o leitor que joga uma ou mais possibilidades ou hipóteses de interpretação sobre o texto, tratando de encontrar argumentos no próprio texto para sustentar a hipótese lançada. Nisso se observa as estratégias semióticas, os elementos estruturantes do texto, sua coerência interna, seus critérios e limites e também possíveis intencionalidades assim arquitetadas na obra. Buscam-se as marcas e pistas para a interpretação, atuando no sentido de uma investigação indiciária. Aí se começa a fazer o que se poderia chamar de ‘ciência’. Dá-se, assim, o exercício do método científico no processo interpretativo. A hipótese é fertilizada com argumentos obtidos a partir do próprio texto e também a partir do contexto do autor e de sua obra. Mas há que se ter cautela no manejo do resultado. Não se pode transformar o resultado em ‘verdade’ no sentido de um resultado terminativo, pois isso levaria ao campo do dogmatismo, que justamente não é objetivo e a proposta filosófica da ciência enquanto ciência.²³

Com base no exposto, pode-se lançar para reflexão a seguinte afirmativa: também a *intentio auctoris* é uma forma de *intentio lectoris* que se afirma por meio da projeção de hipóteses interpretativas sobre a obra a ser interpretada. A *intentio auctoris* como forma de *intentio lectoris*, apresenta, contudo, o diferencial de que se trata, ou deveria se tratar, de um modo *metodologicamente controlado* de fazer a leitura de um texto.

[Recebido em: novembro 2010 e
aceito em: novembro 2010]

²³ Em um texto com o título em português *Ciência, erro e fundamentalismo*, Umberto Eco assim se expressa sobre a questão: “A ciência moderna não defende que o novo é sempre verdade. Pelo contrário, baseia-se na ideia de falibilismo (enunciada pelo filósofo americano Charles Sanders Peirce, trabalhada por Popper e outros autores, e posta em prática pelos próprios cientistas) de acordo com a qual a ciência progride corrigindo-se continuamente a si mesma, falsificando as suas hipóteses por meio da tentativa e erro, admitindo os seus próprios erros – e considerando que uma experiência que não funciona não é uma falha, mas antes algo tão valioso como uma experiência que funciona, pois demonstra que uma dada linha de investigação estava errada e é necessário mudar de direção ou até começar tudo de novo”. Original publicado no jornal *Guardian*, com o título “Testing, Testing...”, em 4 de setembro de 2004.